



O presidente do Sindimed, Francisco Magalhães, pediu mais atenção à psiquiatria em audiência pública na Assembleia Legislativa

## Justiça barra fechamento de hospitais psiquiátricos na Bahia

O fechamento de hospitais psiquiátricos sob a responsabilidade do governo do Estado da Bahia esteve muito próximo de acontecer, se não fosse a persistência e mobilização por parte dos amigos e familiares dos pacientes, equipe médica dos hospitais, entidades médicas e demais apoiadores da sociedade civil. No dia 23 de outubro a Justiça Federal deferiu o pedido de liminar formulado conjuntamente pelo Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA) e Defensoria Pública da União (DPU), com objetivo de impedir o fechamento dos hospitais Juliano Moreira e Mário Leal, em Salvador e Lopes Rodrigues, em Feira de Santana, além de ordenar a suspensão de todos os atos de descredenciamento dos hospitais e a manutenção dos repasses de verbas a eles.

Ainda de acordo com a sentença, o Estado recebeu o prazo de dez dias para atender à determinação judicial de manter os leitos, atendimentos e internações nos hospitais, assegurando o funcionamento, inclusive, dos serviços de emergência. Além disso, deverá prestar serviço hospitalar de excelência para pessoas com transtornos mentais ou problemas decorrentes do uso de álcool e drogas. O Estado tem, ainda, conforme a determinação, prazo de 60 dias para apresentar um plano de gestão para as Redes de Atenção Psicossocial (Raps). Se as de-

*Após série de mobilizações por parte da sociedade civil, justiça e entidades médicas, a vitória chegou em outubro, quando a Justiça Federal determinou suspensão do fechamento dos hospitais psiquiátricos geridos pelo Estado*

terminações não forem cumpridas, será fixada multa para cada dia de atraso.

De acordo com a presidente da Associação Psiquiátrica da Bahia (APB), Sandra Peu, a sentença judicial não é suficiente para que se dê por encerrada a mobilização em defesa do funcionamento dos hospitais psiquiátricos. “A APB tem se mantido atenta, e aguardando que o Governo cumpra o que foi estabelecido dentro dos prazos.”, afirma a médi-

ca. Ainda segundo Peu, “a associação tem prestado auxílio e orientação às outras Federadas da Associação Brasileira de Psiquiatria, e à várias associações de pacientes e familiares que sofrem pelo fechamento de leitos”.

### **ENTIDADES SE UNEM CONTRA CRISE**

O alerta contra o fechamento dos hospitais foi disparado após uma série de ações da Secretaria de Saúde do Estado (Sesab). Em Vitória da Conquista, o Hospital Afrânio Peixoto foi fechado, segundo o governo “para reforma”, mas foi grande a preocupação quanto ao risco de a instituição não retomar os atendimentos prestados aos pacientes transferidos provisoriamente de lá. Além disso, 12 leitos do Hospital Juliano Moreira foram desativados, e o Mário Leal e Lopes Rodrigues vinham enfrentando processo de sucateamento contínuo.

A falta de um debate plural com a sociedade civil, os próprios usuários e

familiares, bem como médicos e órgãos integrados a rede, ausência de profissionais psiquiátricos na comissão de hospitalização e irregularidades no Programa Nacional de Avaliação dos Serviços Hospitalares (PNASH) fizeram com que o Sindimed, Creneb e a APB acionassem no mês de abril, o Ministério Público Federal e cobrassem providências urgentes que ajudem a minimizar a grave crise no setor. Após formalizar denúncia ao MPF, o presidente do Sindimed, Francisco Magalhães, acompanhado de representantes das outras entidades médicas, e da integrante da Comissão de Saúde da OAB/BA, Itana Viana, visitou o procurador da República, Leandro Bastos Nunes, que prometeu acompanhar de perto a situação.

Após esta mobilização, em maio foi realizada uma audiência pública na Assembleia Legislativa da Bahia, onde se pediu diálogo transparente e democrático sobre esta nebulosa questão. “Esse

processo de debate foi muito importante porque a saúde precisa de atenção, especialmente a psiquiatria”, declarou Magalhães. O presidente do Sindimed também destacou a dificuldade que existe em lidar com o tema, que ainda é um tabu. Além das entidades médicas, o encontro reuniu representantes da Sesab, Ministério Público do Estado da Bahia e Ministério Público Federal, além de integrantes da Associação de Apoio a Familiares, Amigos e Pessoas Portadoras de Transtornos Mentais da Bahia (Afatom-BA).

### **LEI NÃO ACOMPANHA REALIDADE PSIQUIÁTRICA**

A filosofia de reforma neste setor adotada pela Sesab vem sendo pautada no resultado da nova vistoria do Programa Nacional de Avaliação dos Serviços Hospitalares publicado por meio da Portaria GM/MS nº 1727, de 24 de novembro de 2016. Pelos critérios des-



*Sindimed, Creneb, APB e OAB se uniram em defesa dos hospitais psiquiátricos*

ta avaliação, os hospitais psiquiátricos que obtiveram índice inferior a 40% e os que não alcançaram o índice mínimo de 61% do PNASH, após a sua reavaliação, foram indicados para descredenciamento do Sistema Único de Saúde (SUS).

As equipes de vistoria do programa, constituídas por representantes das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e da Vigilância Sanitária, realizaram vistoria em 143 hospitais psiquiátricos públicos e privados conveniados ao SUS, durante os anos de 2012, 2013 e 2014. O Estado do Rio de Janeiro e Juiz de Fora (MG) não realizaram o PNASH.

Além da determinação do PNASH, o Estado também baseou-se na Política de Saúde Mental do Brasil, cuja lei é de 2001, que prevê a redução programada de leitos psiquiátricos de longa permanência, incentivando que as internações psiquiátricas, quando necessárias, se deem no âmbito dos hospitais gerais e que sejam de curta duração. Sendo assim, como explicou o órgão, em nota divulgada em setembro, período em que a ação conjunta foi movida pelos órgãos públicos contra o governo do estado e a União, o tratamento ambulatorial ocorreria nos CAPS (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas), cuja responsabilidade de implantação cabe às prefeituras, enquanto os hospitais gerais atenderiam os pacientes em situações de crise.

Na opinião dos defensores destes serviços públicos, o governo deveria, na verdade, investir no melhor no funcionamento do sistema, inclusive por



*Hospital Afrânio Peixoto, em Conquista, fechado para reforma*

## Pacientes do Hospital Afrânio Peixoto transferidos para local sem estrutura

O governo do estado transferiu, no dia 10 de abril, os pacientes do Hospital Afrânio Peixoto, na época fechado para reforma, para o Hospital Crescêncio Silveira sem que houvesse a devida adequação estrutural. “O hospital é uma verdadeira masmorra, pois está sem reforma. A sociedade repudia este tipo de ação”, protestou Luiz Carlos Dantas de Almeida, delegado do Sindimed na Regional Sudoeste.

De acordo com a ex-diretora técnica e clínica do Afrânio Peixoto, Livia Vasconcelos, o hospital permanece fechado, passará por reforma e será reinaugurado com outro perfil, sem ala psiquiátrica. Enquanto isso, segundo a médica, os pacientes continuam no Crescêncio Silveira, que passará a fa-

zer parte de um complexo hospitalar que inclui o Hospital Geral de Vitória da Conquista (HGVC) e o Afrânio Peixoto reformulado, de onde ela será a coordenadora de Saúde Mental.

As condições atuais do Crescêncio Silveira não melhoraram, e demissão em massa tem sido uma ameaça constante. O ambulatório continua funcionando precariamente e a “ordem” é transferir os pacientes para o ambulatório da prefeitura, que já não atende nem a sua própria demanda. “O Secretário não quer que o Crescêncio Silveira seja de portas abertas. Porém, nós somos o único local de atendimento de emergência psiquiátrica (extra-oficial), para onde o SAMU leva os casos agudos”, explica Livia Vasconcelos.

que os hospitais são imprescindíveis ao tratamento de pacientes que não têm condições de bancar atendimento particular. Por sua vez, a estrutura oferecida nas unidades do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) não tem capacidade

para substituir estes hospitais. De acordo com o Ministério da Saúde (MS), os hospitais gerais da Bahia abrigam somente dois leitos de saúde mental, sendo que só em Salvador a demanda é de 150 leitos especializados.